



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL JOÃO DE DEUS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE INDICATIVO DE LEI

PROCESSO AL 5388/13

AUTORA: Deputada Rejane Dias

RELATOR: DEPUTADO JOÃO DE DEUS

I- RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal. A proposição **“Dispõe sobre a criação das Secretarias Regionais e especializadas de segurança e proteção ao idoso no estado do Piauí e dá outras providências”**.

De acordo com o Regimento Interno desta Casa Legislativa compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar, em caráter preliminar, aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos sujeitos à apreciação da ALEPI.

II – PARECER

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da constitucionalidade, pode-se constatar que o Projeto de indicativo de Lei, ora em análise, sugere que o governo do estado crie Delegacias regionais especializadas de segurança e proteção ao idoso no estado do Piauí.

O artigo 75 da Constituição Estadual que dispõe sobre a iniciativa das leis ordinárias trás no seu § 2º, inciso II, alínea “d” que são de iniciativa privativa do Governador as leis que estabeleçam criação, e extinção de secretarias e órgãos da administração públicas.

Diz ainda no seu art. 102, inciso II e VI que é da Competência privativa do Governo do Estadual executar as políticas estaduais, na forma da lei, visando à



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL JOÃO DE DEUS

realização dos objetivos do Estado e dispor sobre a organização, o funcionamento, a reforma e modernização da administração estadual, na forma da lei, respectivamente. Dessa forma, cabe ao Poder legislativo apenas sugerir ao Executivo a criação das respectivas delegacias em forma de projeto de indicativo de lei, objeto da presente proposição.

Isto posto, a proposição atende os preceitos legais, jurídicos, regimental e da boa técnica legislativa.

III - VOTO DO RELATOR

Em atendendo os preceitos já elencados e segundo as normas regimentais desta casa Legislativa, este relator é **FAVORÁVEL** à proposição ora em análise nesta Comissão, devendo seguir seu trâmite normal no processo legislativo desta Casa.

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

() Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, de acordo com a natureza de seus votos.

() Pela **rejeição do voto do relator**, apurado através dos votos dos parlamentares membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, nos termos da natureza de seus votos.

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina, 26 de novembro de 2013.

João de Deus

Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores - Pi

APROVADO A UNANIMIDADE
em 03 / 12 / 13
Relator: João de Deus
Comissão de Constituição e Justiça